



ADPEMA Noticias 64

26/10/2016 - DPE/MA encerra Semana Maranhense de Execução Penal



Foi encerrada na última sexta-feira (21), no auditório da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), a V Semana Maranhense de Execução Penal, evento que envolveu defensores públicos, gestores, técnicos e demais profissionais ligados ao sistema de Justiça Penal, com vistas a contribuir no aprimoramento de estratégias e medidas que melhorem as condições de cumprimento de pena no estado. A programação foi finalizada com palestras ministradas pelo defensor público do Maranhão e corregedor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Paulo Rodrigues da Costa, e pelo coordenador do Núcleo de Execução Penal da DPE/MA, o também defensor público Bruno Dixon Maciel.

Durante a solenidade de encerramento, o defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a importância da instituição na busca de melhores condições de vida para os detentos, resguardando todos os direitos do indivíduo. “A Defensoria Pública espera que essas palestras, debates, atendimentos, dentre outras atividades, tenham servido para conscientizar a sociedade que o único direito que o preso perde é o direito à liberdade e que todos os outros permanecem e por estes vamos continuar lutando”. Também participaram do evento o subdefensor-geral Emanuel Pereira Accioly, e o corregedor-geral da DPE, Antônio Peterson Barros Rêgo Leal.

Paulo Rodrigues da Costa, defensor maranhense que está cedido ao Depen, em Brasília, onde desenvolve suas atividades atualmente, apresentou aos cerca de 50 participantes o “Modelo de Gestão do Sistema Prisional”. Na ocasião, ele tratou sobre o que é o Depen, suas atribuições e os avanços da atual gestão. O departamento federal é subordinado ao Ministério da Justiça, sendo órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Logo após, finalizando as atividades, o corregedor da Depen e o defensor Bruno Dixon ministraram a palestra “Roteiro de Inspeção na Unidade Prisional”. Na ocasião, eles explicaram diversos pontos sobre inspeção nas unidades prisionais, dentre eles a criação de Protocolo de Inspeção do Projeto Defensoria no Cárcere, sugerindo algumas recomendações para as inspeções, dentre as quais a participação de pelo menos três defensores públicos e servidores da instituição, assim como a realização de inspeções sem a prévia comunicação à direção do estabelecimento penal, utilizando-se preferencialmente dos veículos oficiais da Defensoria Pública.

Além disso, destacaram a necessidade de garantir prioridades a custodiados portadores de doenças graves infectocontagiosas, idosos, com deficiência física, da população LGBT, condenados por crimes contra a dignidade sexual, provenientes das carreiras de segurança pública, segregados para resguardo da integridade física, grávidas, além de presos com transtorno mental.

Quinta – No dia anterior, Bruno Dixon Maciel ministrou palestra que abordou, dentre outros assuntos, os “Aspectos práticos da execução penal”. Na oportunidade o defensor público, titular do NEP, traçou um panorama da atuação do Núcleo de Execução Penal da DPE, além de falar sobre os sistemas utilizados pelo núcleo, dentre eles o Sagap, Siapd e JurisConsult. Ainda falou sobre o trabalho desenvolvido pelo NEP e atribuições dos defensores da área, seja na capital ou no interior do estado, que têm contribuído para a redução de tensões dentro do sistema penitenciário maranhense.

Já a defensora pública titular do NEP, Caroline Christine Barros Nogueira, ministrou a palestra “Um estudo jurisprudencial à luz dos Tribunais Superiores” e destacou as consequências da Súmula Vinculante 56 do Supremo Tribunal Federal, aprovada em junho deste ano, que veda o cumprimento de pena em regime mais gravoso ao que foi estabelecido na sentença. A mencionada súmula tem como fundamentos as garantias constitucionais da individualização da pena e da legalidade, bem como o postulado da dignidade da pessoa humana.

A defensora pública Suzana Camillo Castello Branco, também titular daquele núcleo especializado da DPE, abordou o tema “Impactos da Lei n.º 13.257/2016 sobre ambiente carcerário”, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil. Na ocasião, também expôs aos participantes números relativos à atuação da Defensoria na Unidade Feminina de Pedrinhas.

Seap – Também na quinta-feira (20), o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, esteve na Defensoria onde abordou o tema “Projetos desenvolvidos pela Seap: perspectivas e avanços do sistema prisional”. O gestor falou desde as principais reformas administrativas e infraestruturais às ações de modernização como, por exemplo, os serviços de reforma, ampliação e construção de unidades prisionais.

Murilo Andrade também discorreu sobre a crise carcerária nos anos de 2013 e 2014, onde foram registrados, respectivamente, 56 homicídios e 133 fugas. Em 2014 foram contabilizadas 26 mortes.

26/10/2016 - Operadores do Direito falam sobre aspectos da execução penal



Dando prosseguimento à programação da V Semana Maranhense de Execução Penal, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) promoveu, na noite desta quarta-feira (19), na Faculdade UNDB, ciclo de palestras, com ênfase na no atual panorama da execução penal no sistema carcerário local. O defensor público estadual Adriano Antunes Damasceno foi um dos palestrantes da noite e também mediou as discussões que contou com a participação do desembargador José Ribamar Fróz Sobrinho e do professor e delegado de polícia Cleopas Isaías Santos.

Na ocasião, Fróz Sobrinho falou sobre o sistema das audiências de custódias realizada, de forma pioneira, no Maranhão. Segundo explicou o magistrado, esse instrumento processual consiste na apresentação imediata do preso à autoridade judiciária, que deve decidir pela manutenção ou não da prisão, baseando-se nos princípios da legalidade e necessidade. Nelas são ouvidas também manifestações do Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado do preso. “Não se trata de querer prender ou soltar indistintamente, mas sim prender ou soltar bem. Por isso, a importância de ver o indivíduo, conhecer a situação ocorrida, ouvir as partes e, assim, tomar uma decisão acertada”, ponderou. Já o delegado Cleopas Santos versou sobre a identificação criminal genética obrigatória do condenado, regida pela Lei 12.654/2012, onde introduz a coleta de DNA de condenados por crimes violentos ou hediondos com o objetivo de manter banco de dados estatal com material genético. “Há um debate nacional e até internacional sobre o assunto. Aqui no Maranhão, assim como todo em todo o Brasil, a medida não está sendo adotada por questões técnicas, além disso, tem um recurso extraordinário no STF e até que seja decidido pela Corte se esse dispositivo é constitucional ou não essa identificação está suspensa”, informou.

Finalizando o diálogo, o defensor público Adriano Damasceno, abordou tema sobre presunção de inocência e execução de pena. “Queremos suscitar a discussão sobre os impactos das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre presunção de inocência e execução provisória da pena. Essas decisões acabam prejudicando a grande massa da população carcerária e ao contrário do que se imagina não terá grande repercussão nas camadas mais abastadas, como se esperava. Já temos números exorbitantes de presos e corremos o risco de aumentá-los deixando a situação do sistema penitenciário brasileiro insustentável”.

A Semana Maranhense de Execução Penal é realizada pela DPE/MA há cinco anos e tem sido importante e indispensável instrumento de disseminação, troca de experiências e aperfeiçoamento de medidas e procedimentos destinados à melhoria das condições de cumprimento da pena nas unidades penitenciárias do Maranhão.

Fonte: ASCOM DPE/MA

26/10/2016 - Defensor Público Associado participa de Conferência Europeia de Criminologia na Alemanha



O defensor público titular do Núcleo de Execução Penal, da Defensoria Pública estadual (DPE/MA), Bruno Joviniano de Santana Silva, com atuação no Centro de Detenção Provisória do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, participou, nos dias 21 a 24 de setembro deste ano, da 16.^a Conferência Anual da Sociedade Europeia de Criminologia (Eurocrime 2016), realizado na cidade de Münster, Alemanha.

Na ocasião, o defensor integrou grupo de trabalho, no qual apresentou trabalho abordando a ressocialização e políticas penitenciárias, com ênfase na experiência brasileira, mais especificamente no âmbito maranhense. Mais de 1.050 participantes estiveram na Conferência Anual, onde foram compartilhadas diversas experiências, em mais 900 apresentações. Durante sua participação, o defensor público falou sobre situação das penitenciárias atualmente no Brasil, sobretudo no Maranhão, com presídios superlotados e em condições degradantes.

Segundo ele, esse panorama afeta toda a sociedade. “Temos que entender que vivemos em um mosaico-cultural, o resultado de uma sociedade plural e cada vez mais complexa e interligada, e que não pode ver os presos como inimigos da sociedade. Temos, sim, que criar mecanismos que possibilitem a efetiva ressocialização desses cidadãos, para que possam ser reinseridos novamente na sociedade”. Participante do painel “Política Criminal e Justiça”, Bruno Joviniano, também, defendeu a adoção políticas públicas sociais sérias e efetivas, ao refutar a cultura do

encarceramento, além de mudanças legislativas e desburocratização do aparato de estatal. “Vários países da Europa, por exemplo, estão reduzindo o encarceramento, mediante a adoção de políticas sociais, mesmo com a crescente imigração. Portanto, o Estado deve proporcionar aos cidadãos o acesso à saúde, educação, segurança, emprego e moradia para que estes não venham a delinquir”, concluiu. O Estado deve conferir o mínimo existencial a todos indistintamente.

Não é a primeira vez em que o defensor participa de Conferências Internacionais. Em outubro de 2015, apresentou trabalho oral, no I Congresso ibero-americano sobre novos desafios jurídicos (CIBENJUR), que ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha.

Fonte: Ascom DPE/MA

24/10/2016 - Defensor Público do Maranhão participa de evento sobre audiência de custódia no RJ



Apenas 2,8% dos réus soltos voltaram a ser presos por novo crime

Em um ano, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro representou 5.302 presos em flagrante nas audiências de custódia – procedimento que consiste na apresentação do custodiado ao juiz, em um prazo máximo de 24 horas, para que avalie os requisitos legais para a manutenção da prisão. O número representa 93,6% do total de detidos submetidos à medida. Desse total, apenas 2,8% voltaram a ser apreendidos cometendo novo delito.

O dado consta de relatório inédito produzido pela Defensoria Pública sobre os casos que a instituição defendeu no primeiro ano da audiência de custódia no Rio. O documento foi divulgado na última sexta-feira (21), no segundo dia do seminário A Defensoria Pública e a Audiência de

Custódia. O Defensor Público do Maranhão representando a Defensoria do estado e Membro da ADPEMA, Dr. Cosmo Sobral, esteve presente no evento.

Participam da divulgação do documento o defensor público-geral do Estado, André Castro, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, que capitaneou a implantação do procedimento nos tribunais do país, no ano passado, quando presidia o Conselho Nacional de Justiça.

As audiências de custódia começaram a ser realizadas no Rio de Janeiro no dia 18 de setembro do ano passado. O relatório, elaborado pela diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça da Defensoria, faz uma análise dos casos defendidos pela instituição até a mesma data deste ano. O estudo traz dados detalhados sobre o perfil social dos custodiados – o que inclui raça, gênero e grau de escolaridade – assim como os crimes que mais levaram à prisão em flagrante.

Fonte: DPE/RJ

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br